

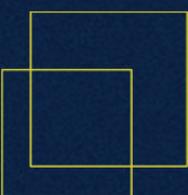


E-BOOKS

Simulado da Premonição

TJDFT

Técnico Judiciário





SIMULADO DA PREMONIÇÃO – SISTEMA DE QUESTÕES (SQ)

Olá, futuro aprovado (a).

*Para lhe ajudar na missão, preparamos o **Simulado da Premonição do Sistema de Questões Estratégia (SQ)**. Trata-se de um material feito pensado exclusivamente na sua prova, o simulado foi elaborado de acordo com dados estatísticos daquilo que é mais cobrado, assim esse material é composto por questões de concursos anteriores e inéditas.*

Está preparado (a)? Então vamos lá!

Bons estudos e sucesso!

Equipe Estratégia Concursos



Baixe o App Estratégia pelo QR Code.



ACESSO AO SIMULADO PELA PLATAFORMA DO SQ

Para acessar o simulado diretamente por nossa plataforma, clique no link abaixo:

<https://concursos.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/f0c9d41b-d7a7-4ac7-a085-1ef126c227c2>

ACESSO AO SIMULADO PELO APP



*Resolva questões e ouça o Cast onde estiver, com o **app Estratégia Concursos!!!***



Através do aplicativo, você poderá fazer mais de 2,5 milhões de questões de concurso, sendo mais de 850 mil comentadas por professores e mais de 400 mil comentadas por alunos, das mais diversas bancas.

Para acessar o simulado pelo app, é preciso ter o app instalado no celular e clicar no "link direto do simulado", e então escolher por abrir o link pelo app. Acha que acabou? Com o aplicativo você ainda ganha cupons de desconto para adquirir cursos no nosso site!



Baixe o App Estratégia pelo QR Code.



SIMULADO

Questão 1

Observe esse trecho de uma notícia da BBC Brasil para responder a seguinte questão.

“E vale lembrar que tivemos uma grande epidemia de dengue no país em 2019, então já era esperado um novo aumento a partir de 2022, já que as ondas da doença são **cíclicas**”, diz a médica Melissa Falcão, da Sociedade Brasileira de Infectologia. Por fim, Codeço destaca que “temos uma população empobrecida, com dificuldades de moradia, e vemos a precarização das cidades”. “**Tudo isso** dificulta o controle de vetores que transmitem a doença”, explica a especialista, que coordena o InfoDengue, uma iniciativa da FioCruz e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o monitoramento das doenças relacionadas ao Aedes.

No trecho indicado, a expressão “tudo isso” serve para:

- (A). indicar o aposto enumerativo;
- (B). indicar o aposto distributivo;
- (C). indicar o aposto especificador;
- (D). indicar o aposto circunstancial;
- (E). indicar o aposto recapitulativo.

Questão 2

Observe esse trecho de uma notícia da BBC Brasil para responder a seguinte questão.



Baixe o App Estratégia pelo QR Code.



“E vale lembrar que tivemos uma grande epidemia de dengue no país em 2019, então já era esperado um novo aumento a partir de 2022, já que as ondas da doença são **cíclicas**”, diz a médica Melissa Falcão, da Sociedade Brasileira de Infectologia. Por fim, Codeço destaca que “temos uma população empobrecida, com dificuldades de moradia, e vemos a precarização das cidades”. “**Tudo isso** dificulta o controle de vetores que transmitem a doença”, explica a especialista, que coordena o InfoDengue, uma iniciativa da FioCruz e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o monitoramento das doenças relacionadas ao Aedes.

Sem prejuízo ao sentido do texto, o termo “cíclicas” poderia ser corretamente substituído por:

- (A). irregulares;
- (B). efetivas;
- (C). periódicas;
- (D). sucessivas;
- (E). realizáveis.

Questão 3

Assinale a alternativa que apresenta uma partícula de realce.

- (A). Desde janeiro, o Brasil contabilizou 323,9 mil casos prováveis de dengue e 79 mortes pela doença.
- (B). Mas o que está por trás desse cenário?





- (C). Mas, na virada de 2021 para 2022, as projeções foram atrapalhadas por outras duas crises de saúde.
- (D). Também é importante observar o espalhamento da doença para o Sul do país, onde ela era pouco ativa ou quase inexistente.
- (E). Detectadas as causas do problema, o que pode ser feito para lidar com essa epidemia oculta de dengue?

Questão 4

“A secretaria de São Paulo destacou que o número de casos no Estado está mais baixo (ou ligeiramente parecido) em 2022 na comparação com 2021, apesar da situação ruim de algumas cidades neste ano. "Conforme as diretrizes do Sistema Único de Saúde, o trabalho de campo para combate ao mosquito transmissor da dengue compete primordialmente aos municípios." A Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins e o Ministério da Saúde foram procurados, mas não enviaram respostas até o fechamento desta reportagem. Já os representantes de Goiás admitem que o avanço dos casos colocam o Estado em situação de alerta para a possibilidade de uma epidemia por dengue.”

No trecho acima, há deslizes relacionados:





- (A). à acentuação;
- (B). à concordância verbal;
- (C). à concordância nominal;
- (D). à ortografia;
- (E). à pontuação.

Questão 5

Em “Com a pandemia, sobraram menos recursos para combater o Aedes, diz Granato.”, o sujeito da forma verbal destacada é:

- (A). oculto;
- (B). composto;
- (C). simples;
- (D). indeterminado;
- (E). inexistente.





Questão 6

Assinale a alternativa cujo termo destacado apresenta função diferente do termo indicado em:

"**Aqui** entram aquelas recomendações clássicas de evitar qualquer reservatório de água parada sem proteção em casa."

- (A). Estou **aqui** na Bahia desde domingo.
- (B). A aluna **aqui** ainda não entendeu o assunto.
- (C). De São Paulo **aqui** são 18 horas de carro.
- (D). Até **aqui** transcorreram 20 anos.
- (E). **Aqui** mencionamos todas as informações.

Questão 7

Em "Entre as cinco cidades mais atingidas pelos casos de dengue estão Goiânia, Brasília, Aparecida de Goiânia, Palmas, no Tocantins, e Votuporanga, **em São Paulo**.", a expressão destacada funciona como uma:

- (A). locução adverbial;
- (B). locução substantiva;





- (C). locução adjetiva;
- (D). locução adverbial;
- (E). locução prepositiva.

Questão 8

Assinale a alternativa em que há um problema relacionado ao uso da vírgula.

- (A). Até o momento, a região Centro-Oeste registrou 648 casos por 100 mil habitantes — em segundo lugar aparece o Sul, com 198 casos por 100 mil.
- (B). Tivemos um clima especialmente favorável à dengue neste ano, com chuvas intensas e prolongadas, de acordo com o jornal.
- (C). Nessa mesma época, o Brasil enfrentou uma epidemia de influenza, que causou um aumento importante de casos de gripe, e o espalhamento da variante ômicron do coronavírus, por trás de recordes nos números de infecção.
- (D). Entre as cinco cidades mais afetadas, três estão no Centro-Oeste: Goiânia (25,1 mil casos) Brasília (19,2 mil) e Aparecida de Goiânia (4,6 mil).
- (E). Além disso, é importante observar o espalhamento da doença para o Sul do país, onde ela era pouco ativa ou quase inexistente.



**Questão 9**

Assinale a alternativa que apresenta um caso inadequado de crase.

- (A). Tivemos um clima especialmente favorável à dengue neste ano, com chuvas intensas e prolongadas.
- (B). Essa expansão talvez esteja relacionada às mudanças climáticas e à própria adaptação do mosquito, complementa a epidemiologista.
- (C). Para o *Aedes aegypti*, as chuvas são sinônimo de água parada, local onde os ovos do mosquito se rompem e as larvas se desenvolvem até alcançarem à fase adulta.
- (D). Os órgãos públicos vinculam o aumento expressivo da infestação do *Aedes aegypti* e da quantidade de casos das doenças causadas pelo vetor à intensidade das chuvas e à baixa adesão da população em limpar os seus domicílios.
- (E). Os especialistas chamam a atenção para as responsabilidades individuais no combate à dengue.





Questão 10

Assinale a alternativa que indica a correta função sintática exercida pela oração sublinhada no trecho “Dizem que a pressa é a inimiga da perfeição”.

- (A). predicativo do sujeito;
- (B). sujeito;
- (C). objeto indireto;
- (D). agente da passiva;
- (E). objeto direto.

Questão 11

As hipóteses de provimento e de vacância dos cargos públicos estão previstas na Lei Federal nº 8.112/90. Sobre elas, há duas modalidades que podem corresponder simultaneamente tanto a provimento quanto a vacância de cargo público. Assinale a alternativa que corretamente indique ambas:

- (A). readaptação e aproveitamento.
- (B). readaptação e promoção.
- (C). recondução e promoção.
- (D). recondução e aproveitamento.





(E). reversão e readaptação.

Questão 12

De acordo com a Lei 8.112/90, assinale a única alternativa incorreta.

- (A). dever do servidor, quando suspeitar do envolvimento da autoridade superior em irregularidades, as quais tenha ciência em razão do cargo, levar ao conhecimento de outra autoridade competente para a apuração.
- (B). defeso ao servidor coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político.
- (C). Ainda que em situações de emergência e transitórias, o servidor não pode cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa.
- (D). As sanções civis, penais e administrativas, independentes entre si, poderão cumular-se.
- (E). Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.





Questão 13

De acordo com a Lei nº 8.429/92, assinale a única alternativa correta.

- (A). Ao sistema de improbidade administrativa, disciplinado na Lei supra, é defeso a aplicação dos princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- (B). Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, desde que baseada em jurisprudência devidamente pacificada pelos Tribunais Superiores.
- (C). Com o objetivo de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante do ilícito, poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, o pedido de indisponibilidade dos réus.
- (D). Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que ocasione a perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades e órgãos protegidos por essa Lei.





- (E). A Lei nº 14.230/21 - nova Lei de improbidade administrativa - revogou a antiga Lei nº 8.429/92, trazendo em seu bojo inúmeras mudanças, dentre elas, o fim da improbidade culposa.

Questão 14

De acordo com Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (publicado pela Portaria GPR 354 de 16 de março de 2016), assinale a alternativa correta.

- (A). O Tribunal de Justiça, com sede na Capital Federal, possui três Câmaras especializadas – duas cíveis e uma criminal – e nove Turmas – seis cíveis e três criminais.
- (B). O Tribunal Pleno - constituído por, no mínimo, $\frac{2}{3}$ dos desembargadores - é presidido pelo Presidente do Tribunal e possui atribuições administrativas.





- (C). Enquanto o Presidente do Tribunal é escolhido pelo Governador do Estado, o Primeiro-Vice Presidente, o Segundo Vice-Presidente e o Corregedor da Justiça serão eleitos pelo Tribunal Pleno entre os seus membros.
- (D). Os autos serão registrados no protocolo do Tribunal de Justiça no dia de sua entrada. Nesse caso, a Secretaria Judiciária ordenará os autos protocolizados e promoverá sua imediata distribuição.
- (E). Nos recursos e ações movidas pela Fazenda Pública ou pelo Ministério Público, é imprescindível o preparo.

Questão 15

De acordo com Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (publicado pela Portaria GPR 354 de 16 de março de 2016), julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I - A ação rescisória e a reclamação sujeitam-se a preparo na Secretaria do Tribunal;





II - O incidente de descon sideração da personalidade jurídica, assim como o agravo de instrumento interposto contra decisão de primeiro grau, não se sujeita a preparo na Secretaria do Tribunal;

III - O mandado de segurança e a medida cautelar sujeitam-se a preparo na Secretaria do Tribunal;

IV - Os recursos para o Supremo Tribunal Federal e também para o Superior Tribunal de Justiça prescindem de preparo.

Assinale a alternativa correta:

- (A). Apenas o item I está correto;
- (B). Apenas o item II está correto;
- (C). Apenas os itens I e II estão corretos;
- (D). Apenas os itens I e III estão corretos;
- (E). Todos os itens estão corretos.





Questão 16

De acordo com a Lei nº 11.697/08, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, assinale a alternativa correta.

- (A). A Justiça do Distrito Federal e Territórios é composta, tão somente, pelos Juízes de Direito, Juízes de Direito Substitutos, Tribunais do Júri e Tribunal de Justiça.
- (B). Não poderão ter assento na mesma Turma ou Câmara do Tribunal de Justiça desembargadores cônjuges ou parentes em linha reta ou colateral inclusive por afinidade, até o 2º grau.
- (C). Compete ao TJDFT organizar e realizar concursos públicos para o exercício da atividade notarial e de registro.
- (D). Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma da Lei Orgânica do Distrito Federal, a decisão será comunicada ao Poder competente para adoção das providências necessárias e, tratando-se de órgão administrativo, para fazê-lo em 60 (sessenta) dias.





É atribuição do Presidente do TJDFT instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar para apurar infrações praticadas pelos notários, oficiais de registro e afins e seus prepostos.

Questão 17

De acordo com a Lei nº 11.697/08, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, assinale a alternativa correta.

- (A). A Justiça Militar, com jurisdição em todo o Distrito Federal, será composta de 1 (um) Auditoria e dos Conselhos de Justiça.
- (B). A Magistratura de Primeiro Grau do Distrito Federal compõe-se, unicamente, de Juízes de Direito.
- (C). Nas ações criminais de competência originária do Tribunal, o julgamento não poderá ser realizado em sessão secreta, eis que deve atender ao interesse público, nos termos da Constituição Federal.





- (D). Ressalvada a competência de outra Vara em crimes conexos e a dos Juizados Especiais Criminais, compete à Vara Criminal processar e julgar os feitos relativos às infrações penais previstas na legislação de trânsito.
- (E). Compete ao Juiz da Vara de Órfãos e Sucessões autorizar a adoção de maiores de 18 (dezoito) anos.

Questão 18

De acordo com o Provimento Geral da Corregedoria aplicado aos Juízes e Ofícios Judiciais, assinale a alternativa correta.

- (A). O réu preso será intimado das sentenças e dos acórdãos por meio do diretor do estabelecimento penitenciário a que estiver recolhido.
- (B). A audiência de conciliação, tanto no Juizados Especiais Cíveis quanto nos Criminais, será conduzida por conciliador nomeado por ato da Segunda Vice-Presidência do Tribunal ou, em sua ausência, por servidor lotado no juízo.





- (C). Nos Juizados Especiais Cíveis, a audiência de instrução e julgamento deverá ser gravada, obrigatoriamente, por meio do sistema audiovisual.
- (D). Para que o processo tenha início nos Juizados Especiais Cíveis e de Fazenda Pública, é imprescindível que o pedido seja feito por advogado devidamente inscrito na OAB.
- (E). A interposição do recurso, ainda que o recorrente não seja beneficiário da gratuidade da justiça, no Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública, não exige o recolhimento das custas processuais e do preparo.

Questão 19

De acordo com o Provimento nº 03 de 20/06/2011 - que disciplina os procedimentos atinentes à tramitação prioritária de processos judiciais que se destinam à apuração de crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes -, assinale a alternativa incorreta.

- (A). Os processos judiciais, inclusive cartas precatórias e rogatórias, que tenham por objeto a apuração de crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes, terão prioridade na tramitação nos juízos de Primeira Instância.





- (B). Determinada a prioridade na tramitação, os processos judiciais serão identificados com tarja verde a ser afixada horizontalmente na lombada dos autos, de modo que evidencie a necessidade de tramitação prioritária.
- (C). A prioridade de tramitação consiste na autuação, prolação de despachos, decisões ou sentenças, designação de audiências, expedição de documentos necessários ao cumprimento da ordem judicial, tais como mandados, cartas precatórias, intimações, bem como no encaminhamento dos autos à apreciação do juiz de direito competente e na remessa dos autos ao Ministério Público ou à Defensoria Pública, em caráter prioritário sobre os demais processos judiciais que não gozem do benefício ora estabelecido.
- (D). Compete aos diretores de secretaria e aos demais servidores dos juízos, bem como aos oficiais de justiça, por ocasião do cumprimento de mandados judiciais provenientes dos respectivos processos, a observância das regras quanto à prioridade de tramitação previstas no Provimento em apreço.





- (E). A prioridade processual necessariamente deverá ser solicitada pelo Ministério Público, Defensoria Pública ou advogado constituído diretamente ao juiz competente, que analisará o pedido no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Questão 20

De acordo com o Provimento aplicado ao processo judicial eletrônico, disponibilizado em 21/08/2017, assinale a alternativa incorreta

- (A). Caracterizam indisponibilidade do sistema as falhas de transmissão de dados entre as estações de trabalho do público externo e a rede de comunicação pública, assim como a impossibilidade técnica decorrente de falhas nos equipamentos, sistemas ou aplicativos dos usuários.
- (B). O uso inadequado do sistema de processamento eletrônico do TJDFT que venha a causar prejuízo às partes ou à atividade jurisdicional importará bloqueio do cadastro do usuário, sem prejuízo das demais cominações legais.
- (C). Todos os atos processuais do processo eletrônico serão assinados eletronicamente, por meio de certificação digital.





- (D). Incumbe àquele que produzir o documento digital ou digitalizado realizar a respectiva juntada aos autos, zelar pela qualidade dos arquivos enviados, especialmente quanto à legibilidade.
- (E). A juntada de documento pela parte em processos sigilosos será realizada no balcão da unidade jurisdicional onde tramita o processo.

Questão 21

Quanto às mudanças causadas pelas novas tecnologias gerenciais, analise as afirmativas a seguir.

- I. A figura do chefe está desaparecendo e em seu lugar está surgindo o líder com o objetivo de motivar a equipe.
- II. O treinamento eventual passou a ser contínuo.
- III. A cultura do emprego transitório está cedendo lugar para o emprego seguro e estável.

Assinale:



Baixe o App Estratégia pelo QR Code.



- (A). se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B). se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C). se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D). se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E). se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

Questão 22

O ambiente macroeconômico vem sofrendo várias mudanças que têm interferido bastante na administração das organizações. Em função dessas mudanças, as empresas buscam identificar não só novas oportunidades para seus negócios e as possíveis ameaças a que estão sujeitas em função de novos entrantes no mercado, como também quais são os concorrentes que têm aumentado sua participação no mercado e conquistado novos clientes.





Essas informações, os pressupostos estabelecidos em sua missão, visão, valores, objetivos e metas, e outros elementos internos, tais como suas forças e fraquezas, devem ser utilizados pela empresa para a elaboração do (a)

- (A). fluxo de processos
- (B). planejamento estratégico
- (C). relatório analítico de desempenho
- (D). sistema de monitoramento
- (E). estrutura hierárquica

Questão 23

Os Princípios Orçamentários são premissas, linhas norteadoras a serem observadas na concepção e execução da lei orçamentária. Válidos para todos os entes e para todos os Poderes, visam a aumentar a consistência e estabilidade do sistema orçamentário. Por isso, são as bases nas quais se deve orientar o processo orçamentário e são impositivos no orçamento público, apesar de não terem caráter absoluto por apresentarem exceções.





Segundo o princípio _____, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes do ente, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta.

Trata-se do princípio da (o):

- (A). Totalidade.
- (B). Unidade.
- (C). Universalidade.
- (D). Orçamento Bruto.
- (E). Especificação.

Questão 24

Sobre os restos a pagar, assinale a alternativa incorreta.

- (A). os restos a pagar processados correspondem às despesas empenhadas, liquidadas e não pagas.
- (B). as despesas inscritas em restos a pagar não processados cumpre o estágio de empenho, mas não o de liquidação.





- (C). os restos a pagar são registrados por exercício e por credor.
- (D). o pagamento de restos a pagar processados corresponde a uma despesa extraorçamentária da entidade.
- (E). os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, constituem-se em modalidade de dívida pública fundada.

Questão 25

Com base nos seus conhecimentos acerca dos dispositivos do MCASP (9ª edição), parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários, analise a afirmativa a seguir e assinale a alternativa incorreta:

- (A). O princípio da exclusividade, previsto no § 8º do art. 165 da Constituição Federal, estabelece que a LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.
- (B). O princípio da legalidade estabelece que cabe ao Poder Público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar, ou seja, subordinar-se aos ditames da lei.





- (C). O princípio do orçamento bruto, previsto pelo art. 6º da Lei no 4.320/ 1964, obriga registrarem-se receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
- (D). O princípio da unidade, previsto, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei no 4.320/1964, determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.
- (E). O princípio da não vinculação da receita de impostos veda vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, sem exceção.

Questão 26

A Constituição Federal, no seu Título II, dispõe sobre os Direitos e Garantias Fundamentais. Em relação ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A). O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder é assegurado a todos os cidadãos, mediante o pagamento de taxas e emolumentos.
- (B). O habeas-data será concedido ao cidadão que se sentir lesado pela falta de norma regulamentadora que torne inviável o seu exercício dos direitos e





liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade e à cidadania.

- (C). A duração do trabalho normal não poderá ser superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, vedada a compensação de horários ou redução da jornada de trabalho.
- (D). É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários, sejam objetos de discussão e deliberação.
- (E). A cassação dos direitos políticos se dará nos casos de incapacidade civil absoluta e da condenação criminal transitada em julgado.

Questão 27

No que diz respeito aos direitos sociais e considerando os limites e a abrangência de sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro, aponte a alternativa que contém uma afirmação correta:





- (A). Ofende o princípio da isonomia a adoção de critérios distributivos de recursos que levem em conta as condições específicas de cada indivíduo, sob a justificativa de materialização da reserva do financeiramente possível.
- (B). Apenas as normas de eficácia limitada impositivas ensejam a judicialização dos direitos nelas previstos, razão pela qual os direitos sociais, como normas programáticas que são, cuidam apenas de definir metas e objetivos estatais, sem vincular a atuação dos poderes, embora disponham de imediata eficácia jurídica.
- (C). Embora seja admitida a atuação do Poder judiciário na garantia do mínimo existencial, o papel desempenhado por esse poder é subsidiário em relação à função exercida pelo Legislativo, ao qual incumbe especificar quais prestações estatais são indispensáveis a uma vida digna.
- (D). Ao princípio da vedação ao retrocesso, aplicado no âmbito dos direitos sociais, é conferido caráter absoluto, não podendo a ele opor-se a cláusula da reserva do possível.





- (E). Ao Poder Legislativo compete criar e concretizar os direitos sociais previstos na Carta Política, mas não manter conquistas sociais já obtidas, função que pertence ao Poder Executivo, responsável pela manutenção de situações consolidadas na sociedade.

Questão 28

Sobre os servidores públicos, a Constituição Federal assinale a alternativa correta:

- (A). O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado por invalidez permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo;
- (B). É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- (C). A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade, sem a necessidade de observar a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.





- (D). A União, os Estados, o Distrito Federal e o Município manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- (E). São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Questão 29

Segundo a Constituição Federal, é(são) órgão(s) do Poder Judiciário:

- (A). o Tribunal de Contas da União.
- (B). o Ministério da Justiça.
- (C). o Superior Tribunal Federal.
- (D). o Conselho Superior de Justiça.
- (E). os Tribunais e os Juízes do Trabalho.

Questão 30





De acordo com a Constituição Federal de 1988, aponte a alternativa que indique corretamente uma das funções institucionais do Ministério Público.

- (A). Efetuar a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
- (B). Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção de interesses difusos e coletivos.
- (C). Promover os direitos humanos e defender, em todos os graus, judicial e extrajudicial, os direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita.
- (D). Promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesse individual disponível.
- (E). Exercer o controle interno da atividade policial, na forma da lei complementar.

Questão 31

Imagine que um Estado da Federação tenha constituído uma empresa pública para a prestação do serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto à população. Com base nessa situação, assinale a alternativa correta:





- (A). Eventuais litígios envolvendo a empresa serão julgados pela Justiça Federal.
- (B). Por ser empresa estatal, necessariamente a entidade foi constituída sob a forma de sociedade anônima.
- (C). Os empregados públicos da estatal são contratados mediante concurso público e regidos pelo estatuto dos servidores públicos do Estado.
- (D). É possível a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno no capital social da empresa pública.
- (E). Os empregados da estatal têm estabilidade assegurada após três anos de exercício no emprego público.

Questão 32

Lígia é uma agente pública da área de saúde, exercendo regularmente um cargo efetivo de dentista. A fim de aumentar seus rendimentos mensais, Lígia pretende prestar outro concurso e acumular os cargos públicos. Sobre essa situação, julgue as assertivas a seguir:





I – Lígia poderá acumular os dois cargos independentemente da compatibilidade de horários.

II – Se Lígia for militar das Forças Armadas, ela poderá acumular outro cargo público de dentista.

III – Lígia poderá acumular seu cargo atual com um cargo de professora em uma faculdade pública de odontologia.

IV – Lígia poderá cumular outro cargo público técnico, fora da área de saúde, ao seu cargo atual de dentista.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s):

(A). I e III.

(B). somente a III.

(C). II e IV.

(D). I, III e IV.

(E). II e III.





Questão 33

O presidente de uma autarquia federal expediu um ato administrativo para nomear uma pessoa aprovada em concurso público para ocupar o cargo de provimento efetivo.

Levando-se em consideração as espécies de atos administrativos, selecione o ato cuja forma e conteúdo característicos melhor se adequam à finalidade descrita:

- (A). Regulamento
- (B). Instrução normativa.
- (C). Portaria
- (D). Autorização
- (E). Circular



**Questão 34**

Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar

- (A). ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- (B). ao juiz criminal responsável, para processar e julgar o acusado.
- (C). ao seu superior imediato, para aplicação das penalidades cabíveis.
- (D). à Corregedoria competente do órgão público no qual ocorreu o ato improprio.
- (E). à Procuradoria Geral competente, com a finalidade de bloquear os bens do infrator.

Questão 35

Imagine a seguinte situação trágica: uma pessoa encontrava-se deitada em uma linha férrea logo depois de uma curva. Pouco tempo depois essa pessoa foi atingida por um trem que estava regularmente trafegando nos trilhos, o que levou à morte da vítima.





O maquinista, empregado de uma empresa estatal ferroviária, ainda tentou, sem sucesso, parar a composição ferroviária assim que avistou a pessoa deitada, mas não houve tempo suficiente para evitar o acontecimento. À luz da responsabilidade civil do Estado pelo acontecimento narrado, assinale a alternativa correta:

- (A). Diante da culpa exclusiva da vítima, pode-se afastar o dever de indenização por parte do Poder Público.
- (B). Deve-se imputar a responsabilidade objetiva ao Estado, tendo em vista a alteridade do dano e a causalidade material.
- (C). Trata-se de um caso de força maior, algo que afasta a responsabilidade civil do Estado.
- (D). Aplica-se ao caso a teoria do risco integral, em que o Estado responderá independentemente da conduta das pessoas envolvidas no acontecimento.
- (E). O maquinista responderá, sozinho e isoladamente, pela trágica ocorrência, devendo indenizar os familiares da vítima.





Questão 36

Tendo como referência a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A). É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- (B). O sistema de registro cadastral unificado será público e deverá ser amplamente divulgado e estar permanentemente aberto aos interessados, e será obrigatória a realização de chamamento público pela internet, no mínimo anualmente, para atualização dos registros existentes e para ingresso de novos interessados.
- (C). A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, podendo esse prazo de convocação ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso.
- (D). Como regra geral, o instrumento de contrato é obrigatório. Todavia, o instrumento de contrato passa a ser facultativo nos casos de dispensa de





licitação por baixo valor e compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

- (E). Como regra geral, os contratos administrativos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação.

Questão 37

Felisberto, viúvo, tem um filho de 16 anos que deseja mudar para a capital e fazer curso pré-vestibular. Para facilitar suas viagens, a assinatura do contrato de aluguel, bem como a celebração de negócios jurídicos corriqueiros, Felisberto entendeu razoável emancipar seu filho. Dito isso, sobre emancipação é incorreto afirmar que:

- (A). Basta que Felisberto vá ao cartório e autorize a emancipação através de instrumento público.
- (B). Tendo em vista a viuvez de Felisberto, a autorização deverá ser feita com homologação judicial.





- (C). A emancipação cessará a incapacidade civil.
- (D). Além da emancipação voluntária, seria possível que o filho de Felisberto conquistasse sua capacidade civil através de uma emancipação legal.
- (E). A emancipação pelo casamento só é possível para aqueles maiores de 16 anos.

Questão 38

A respeito das pessoas jurídicas no Código Civil, assinale a alternativa incorreta.

- (A). A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.
- (B). Confusão patrimonial é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- (C). Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.





- (D). Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.
- (E). Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.

Questão 39

Sobre a validade dos negócios jurídicos, é incorreto afirmar:

- (A). A validade da declaração de vontade dependerá de forma específica, independente de exigência legal.
- (B). Mesmo que inicialmente impossível o objeto do negócio jurídico, este não será invalidado se a impossibilidade for relativa ou se cessar antes da realização da condição a que ele estiver subordinado.
- (C). Quando uma das partes declara sua vontade, será considerada mais sua intenção nela consubstanciada do que ao sentido literalidade da linguagem.
- (D). Seu objeto deve ser ao menos determinável.





(E). Para transferência de imóveis de valor superior a 30 salários mínimos é obrigatória a escritura pública como meio de validar o negócio, salvo disposição de lei em contrário.

Questão 40

Analise as situações a seguir:

I. João, por meio de uma omissão negligente violou direito e causou um dano exclusivamente moral a outrem.

II. Alúcio ao exercer um direito, excedeu de forma manifesta os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Assinale a alternativa correta.

(A). João não praticou ato ilícito e Alúcio praticou ato ilícito fundamento na teoria subjetiva.

(B). João praticou ato ilícito fundamentado na teoria objetiva e Alúcio não praticou ato ilícito.





(C). João praticou ato ilícito fundamentado na teoria objetiva e Aluísio praticou ato ilícito fundamento na teoria objetiva.

(D). João praticou ato ilícito fundamentado na teoria objetiva e Aluísio praticou ato ilícito fundamento na teoria subjetiva.

(E). João praticou ato ilícito fundamentado na teoria subjetiva e Aluísio praticou ato ilícito fundamento na teoria objetiva.

Questão 41

Analise as assertivas abaixo a respeito de prescrição e decadência no Direito Civil:

I. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela decadência, nos prazos previstos em lei.

II. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.

III. Prescreve em 5 anos a pretensão de reparação civil.





IV. O juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição.

V. Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

Estão corretas apenas:

- (A). I e II.
- (B). II e V.
- (C). III e V.
- (D). I, II e IV.
- (E). Todas estão corretas.

Questão 42

Paulo cometeu o crime de peculato contra a administração pública brasileira enquanto estava a serviço do Brasil em missão na França. Processado pela justiça francesa, foi absolvido em sentença que transitou em julgado.





Considerando a legislação penal sobre o fato narrado, é correto afirmar que:

- (A). Paulo poderá ser punido no Brasil, ainda que tenha sido absolvido por sentença transitada em julgado proferida pela justiça francesa.
- (B). Paulo não poderá ser punido no Brasil por ter sido absolvido pela justiça francesa com trânsito em julgado.
- (C). Paulo poderá ser punido no Brasil, desde que para isso cumpra alguns requisitos, como entrar em território nacional.
- (D). Paulo não poderá ser punido no Brasil, pois a lei penal brasileira não alcança fatos praticados no exterior.
- (E). Paulo poderá ser punido no Brasil, desde que ocorra sua extradição pela justiça francesa.

Questão 43

Aristóteles, servidor público, cometeu diversos atos que caracterizam, em tese, o crime de concussão. Esses delitos se iniciaram em dezembro de 2017 e se estenderam





até julho de 2020, quando foi preso em flagrante. O modus operandi era sempre o mesmo, seguindo um padrão quanto aos lugares e os dias em que eram cometidos, em continuidade delitiva.

A pena aplicável, em abstrato, para o crime de concussão (art. 316 do Código Penal) foi alterada pela Lei nº 13.964, em 24 de dezembro de 2019, mantendo a pena mínima em 2 anos e aumentando a pena máxima de 8 para 12 anos. Dessa forma, considerando o entendimento dos tribunais superiores, é correto afirmar que:

- (A). por ser maléfica, a Lei nº 13.964, de 2019, não poderá ser aplicada pelo juiz ao julgar Aristóteles, que deverá basear a pena dentro dos limites anteriores (2 a 8 anos).
- (B). o juiz, ao aplicar a pena, deverá considerar que houve dois crimes continuados, um no período de dezembro de 2017 até a entrada em vigência da Lei nº 13.964, de 2019, e o outro após a lei até a prisão em flagrante de Aristóteles.
- (C). o juiz, ao aplicar a pena, deverá considerar que houve concurso material de crimes, impondo-se a pena correspondente a cada crime isoladamente, a depender do momento que ocorreu.





- (D). ainda que seja maléfica, a nova pena prevista pela Lei nº 13.964, de 2019, deverá ser aplicada a todos os crimes cometidos por Aristóteles, conforme as regras do crime continuado.
- (E). o juiz, ao aplicar a pena, deverá considerar somente os delitos cometidos após a vigência da Lei nº 13.964, de 2019, descartando os delitos anteriores a ela, respeito as regras do concurso material de crimes.

Questão 44

Alessandro perdera sua esposa e filha em um trágico acidente de carro. Em profunda depressão, perdeu também seu emprego. Não suportando mais viver, resolveu se suicidar e pediu conselhos de seu amigo Roberto. Este, não aguentando as constantes perturbações de Alessandro, sugeriu que ele tirasse a própria vida, oferecendo, inclusive, uma arma de fogo para isso. Alessandro consentiu no momento. Porém, ao voltar para casa, abandonou a ideia do suicídio, jogando a arma no lixo.





De acordo com o caso narrado e considerando as disposições penais sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A). Roberto não cometeu crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, pois teve consentimento de Alessandro.
- (B). Roberto não cometeu crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, pois Alessandro não chegou a tirar sua própria vida.
- (C). Roberto cometeu tentativa do crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, que não se concretizou por circunstâncias alheias à sua vontade.
- (D). as ações de Alessandro e Roberto não são tipificadas como crime.
- (E). Roberto cometeu o crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio.

Questão 45

O conceito de funcionário público para fins penais é bastante amplo, diverso do conceito que se encontra em outros ramos do Direito. Para além disso, há a figura dos equiparados a funcionário público para fins penais, alargando ainda mais tal conceito.





Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta figura que não se enquadra no conceito de funcionário público para fins penais, nem mesmo por equiparação:

- (A). funcionário de empresa privada contratada para a prestação de serviço de conservação e limpeza em órgão público
- (B). estagiário de Tribunal de Justiça
- (C). ocupante de cargo em comissão em autarquia
- (D). empregado público celetista
- (E). servidor com contrato de trabalho temporário

Questão 46

Bianca, servidora pública de determinado município, ao analisar processos administrativos em sua rotina de trabalho, percebeu que Tássia era requerente em um deles. Há dois anos, Bianca havia emprestado dinheiro a Tássia e ela nunca a devolveu.





A servidora, então, decide não dar andamento ao processo de Tássia, colocando-o entre os últimos a serem analisados.

A ação de Bianca, na situação descrita, de acordo com o Código Penal:

- (A). não configura crime, mas possivelmente uma infração disciplinar.
- (B). configura, em tese, o crime de prevaricação.
- (C). configura, em tese, o crime de peculato culposo.
- (D). configura crime, mas Bianca não será penalizada pois sua ação é justificável pela atitude anterior de Tássia.
- (E). configura, em tese, o crime de abandono de função.

Questão 47

Sobre os elementos da ação, assinale a alternativa correta.

- (A). São elementos da ação o juízo competente e a capacidade postulatória.





- (B). São elementos identificadores da ação a causa de pedir, a legitimidade e a demanda.
- (C). As partes, o juiz e a demanda constituem elementos da ação.
- (D). Consideram-se elementos da ação as partes, o pedido e a causa de pedir.
- (E). A jurisdição e o processo constituem elementos da ação.

Questão 48

Fulano de tal requereu perante o juízo da Comarca de São Petersburgo a abertura de inventário e partilha dos bens deixados pelo falecimento de seu pai, Clerton Nunes. Clotilde Naldi, ex-companheira do de cujus, intentou ação de inventário dos mesmos bens perante o juízo da Comarca de Los Angeles. Sabendo que o de cujus não tinha domicílio certo, será competente para o inventário e a partilha:

- I. o foro de domicílio do autor da herança no Brasil.
- II. o foro de situação dos bens imóveis.
- III. havendo bens imóveis em foros diferentes, qualquer destes;





IV. não havendo bens imóveis, o foro do local de qualquer dos bens do espólio.

V. não havendo bens imóveis, o foro do local de qualquer destes.

Preenche corretamente a afirmativa constante do enunciado os itens:

(A). I, II, III e IV

(B). II, III e IV.

(C). I, III e IV.

(D). II, III e V.

(E). I, III e V.

Questão 49

No que diz respeito aos pressupostos processuais, assinale a alternativa correta.

(A). A imparcialidade do juízo é considerada apenas em casos determinados como pressuposto processual de validade.

(B). Constituem pressupostos processuais para postular em juízo o interesse e a legitimidade.





- (C). Para postular em juízo é necessário apenas adequação.
- (D). Havendo ausência de interesse processual, não se admite a postulação em juízo com base apenas na finalidade de declaração do modo de ser de uma relação jurídica.
- (E). Para postular em juízo é necessário é possuir interesse, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido.

Questão 50

Julgue os itens a seguir, relativos aos auxiliares da justiça, com base no CPC vigente.

- I. A guarda e a conservação de bens penhorados, arrestados, sequestrados ou arrecadados serão confiadas a depositário ou a administrador, não dispondo a lei de outro modo.
- II. O escrivão, o chefe de secretaria e o oficial de justiça são responsáveis, civil e regressivamente, quando praticarem ato nulo com dolo ou erro grosseiro.





III. O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

IV. Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comparecer às audiências ou, não podendo fazê-lo, designar servidor para substituí-lo.

Marque a opção correta:

- (A). Apenas o item I está correto.
- (B). Apenas os itens I e III estão corretos.
- (C). Apenas os itens I e IV estão corretos.
- (D). Todos os itens estão incorretos.
- (E). Todos os itens estão corretos.





Questão 51

Taison é escrivão e ao receber para autuação petição inicial de ação de reivindicação, notou que o autor atribuiu a causa o valor de um salário mínimo, sendo certo que o bem objeto do pedido equivale a R\$ 200.00,00. A partir do caso hipotético narrado, analise os itens a seguir:

- I. O valor da causa na ação de reivindicação corresponde ao valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido.
- II. A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível.
- III. O réu poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, impondo, se for o caso, a complementação das custas.
- IV. É lícito ao magistrado corrigir, de ofício e por arbitramento, o valor da causa nas situações em que constatar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em





discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes.

Estão corretas apenas as seguintes afirmativas:

- (A). I e II.
- (B). I e IV.
- (C). I, II e III.
- (D). I, II, III e IV.
- (E). Nenhuma está correta.

Questão 52

Walter White contratou Saul Goodman para ser seu advogado em uma ação de obrigação de fazer em face de Jesse Pinkman.

Julgados improcedentes todos os pedidos formulados em sede da exordial, Saul Goodman acredita que o recurso de apelação é o melhor caminho para que as pretensões de Walter White sejam acolhidas.





Considerando que a sentença tenha sido disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico na data de 02 de outubro de 2020, qual o prazo final para interposição do recurso de apelação?

OUTUBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

- (A). 22 de outubro de 2020.
- (B). 23 de outubro de 2020.
- (C). 26 de outubro de 2020.
- (D). 27 de outubro de 2020.
- (E). 28 de outubro de 2020.





Questão 53

Em um processo judicial eletrônico:

- I. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos autos do processo com garantia da origem e de seu signatário, serão considerados autênticos para todos os efeitos legais.
- II. Consideram-se realizados os atos processuais no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.
- III. Os prazos para os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores serão contados em dobro.
- IV. Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia.

Estão corretos apenas as afirmativas:

- (A). I e III.
- (B). II e III.
- (C). III e IV.
- (D). II e IV.
- (E). I e IV.





Questão 54

A respeito do inquérito policial, analise os itens abaixo:

I. A simples denúncia anônima não autoriza que seja decretada medida de busca e apreensão, mas permite que seja decretada a interceptação telefônica para confirmar a sua credibilidade.

II. Se o acusado estiver solto, o prazo para conclusão do inquérito policial, em regra, é de trinta dias. Porém, nesse caso, sendo o fato de difícil elucidação, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos para novas diligências.

III. Se o crime for de ação penal privada, o inquérito só poderá ser iniciado com a autorização do ofendido. Encerrado, deverá ser enviado ao Ministério Público para que ofereça a denúncia.

IV. O inquérito policial é dispensável, podendo ser suprido por outras formas de investigação.





Com base no que dispõe a legislação sobre o tema e no entendimento dos tribunais superiores, é correto o que afirma em:

(A). II e IV.

(B). I, II e IV.

(C). I e II.

(D). I e III.

(E). III e IV.

Questão 55

Maria e Antônia cometeram o crime de difamação contra Joana, de ação penal privada.

Após autorização da vítima, a autoridade policial lavrou o termo circunstanciado de ocorrência, enviando-o ao Juizado Especial Criminal.

Nesse caso, Joana:





- (A). tem o prazo decadencial de seis meses para oferecer a queixa-crime, podendo escolher entre fazê-lo em relação à Maria e Antônia ou somente a uma delas.
- (B). poderá perdoar as autoras do crime, extinguindo a punibilidade, e, por ser ato unilateral, não depende de aceitação.
- (C). poderá renunciar ao seu direito de ação, desde que o faça expressamente e por escrito.
- (D). tem a faculdade de oferecer a queixa-crime, que poderá ser aditada pelo Ministério Público no prazo de 3 dias.
- (E). após o oferecimento da queixa-crime, sem motivo justificado, deixar de comparecer a qualquer ato do processo a que deva estar presente, passará a titularidade da ação para o Ministério Público dar prosseguimento.

Questão 56

Analise os itens abaixo:





I. Estando o indiciado solto, caso o Ministério Público se mantenha inerte após receber os autos do inquérito policial por mais de quinze dias, iniciar-se-á o prazo decadencial de seis meses para que o ofendido, ou seu representante legal, possa oferecer a ação penal privada subsidiária.

II. Nos crimes de ação privada, ocorrendo morte do ofendido e comparecendo mais de uma pessoa com direito de queixa, obedecer-se-á a ordem cronológica, dando-se preferência ao primeiro que a oferecer.

III. A representação, nos crimes de ação pública condicionada, pode ser feita perante o juiz, o órgão do Ministério Público ou a autoridade policial e requer formalidade, devendo ocorrer por escrito.

IV. A queixa poderá ser aditada pelo Ministério Público no prazo de três dias, entendendo-se que não há o que aditar no caso de sua inércia.

Sobre a ação penal, está em conformidade com as disposições legais vigentes e o entendimento dos tribunais superiores apenas o que se afirma em:

(A). I, II e IV.

(B). II e III.

(C). I e IV.

(D). I e III.

(E). II, III e IV.





Questão 57

Josué cometeu ato de improbidade administrativa que também caracterizou crime de peculato. Esse fato gerou uma ação civil pública e uma ação criminal. O membro do Ministério Público que atuou na investigação dos fatos foi o mesmo que ofereceu a denúncia. E, por ser vara única na localidade, o magistrado que julgou a ação civil foi o mesmo que aceitou a denúncia na ação criminal.

Tendo como base o caso narrado e de acordo com a legislação vigente e o entendimento dos tribunais superiores sobre suspeição e impedimento na seara criminal, é correto afirmar que:

- (A). não há incidência de qualquer hipótese de suspeição ou impedimento tanto do membro do Ministério Público quanto do magistrado.
- (B). incide hipótese de impedimento em relação ao membro do Ministério Público, mas não há impedimento ou suspeição do magistrado.
- (C). incide hipótese de impedimento em relação ao magistrado, mas não há impedimento ou suspeição em relação ao membro do Ministério Público.





- (D). incide hipótese de impedimento tanto em relação ao magistrado quanto ao membro do Ministério Público.
- (E). incide hipótese de suspeição tanto em relação ao magistrado quanto ao membro do Ministério Público.

Questão 58

Isaías, réu em processo criminal, encontra-se preso preventivamente. Para sua audiência de interrogatório, o juiz apenas comunicou o diretor do presídio, sem citar pessoalmente Isaías, que compareceu normalmente ao ato processual. Para a audiência de instrução, o juiz novamente comunicou apenas o diretor do presídio, que repassou a informação ao réu. Em contato com seu advogado, este lhe instruiu a faltar à audiência no intuito de gerar nulidade da citação, pois deveria ter sido pessoal.

Com base no fato narrado e de acordo com a legislação vigente, pode-se afirmar que:

- (A). houve nulidade apenas na primeira citação de Isaías, pois ela deveria ter sido pessoal, e não através do diretor do presídio.
- (B). houve nulidade apenas na segunda citação de Isaías, pois ela deveria ter sido pessoal, o que gerou a ausência do réu na audiência de instrução.





- (C). houve nulidade em ambas citações de Isaías, pois deveriam ter sido pessoais, ainda que o réu tenha comparecido à audiência de interrogatório.
- (D). não houve nulidade em ambas as citações de Isaías, ainda que irregulares, pois na primeira a finalidade da comunicação foi atingida, e na segunda o advogado do réu tentou provocar a nulidade forçosamente.
- (E). não houve nulidade em ambas as citações de Isaías, pois a comunicação através do diretor do presídio é a forma correta prevista no Código de Processo Penal.

Questão 59

Recebida a denúncia contra Tiago por crime de receptação qualificada, o acusado foi devidamente citado por mandado para responder à acusação em dez dias. Escoando o prazo, ele não constituiu defensor e não ofereceu resposta à acusação.

Considerando a legislação em vigor a respeito do caso narrado e o entendimento dos tribunais superiores, é correto afirmar que:

- (A). o juiz deverá nomear defensor para oferecer resposta à acusação, devolvendo-lhe o prazo de dez dias com vista dos autos.





- (B). o prazo dado a Tiago para oferecer a defesa é contado a partir da juntada nos autos do mandado cumprido.
- (C). o prazo para Tiago responder à acusação deveria ser de quinze dias, e não de dez dias.
- (D). contra o recebimento da denúncia, a defesa de Tiago poderia interpor recurso em sentido estrito.
- (E). Tiago será considerado réu revel, sendo tidas por verdadeiras as acusações apresentadas na denúncia.

Questão 60

Considerando as disposições previstas no Código de Processo Penal, sobre a prisão e a liberdade provisória, assinale a alternativa correta.

- (A). prisão preventiva será determinada mesmo nos casos em que for cabível a sua substituição por outra medida cautelar.
- (B). Apenas as autoridades policiais e seus agentes podem prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.





- (C). Na falta ou no impedimento do escrivão, será necessária a presença de ao menos 2 pessoas designadas pela autoridade, que serão incumbidas de lavrar o auto, depois de prestado o compromisso legal.
- (D). A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.
- (E). A fiança tomada por termo obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade uma vez ao mês.





GABARITO - SISTEMA SQ

Para conferir o gabarito do nosso simulado, acesse a plataforma do Simulado diretamente pelo Sistema de Questões (SQ), através do link abaixo:

<https://concursos.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/f0c9d41b-d7a7-4ac7-a085-1ef126c227c2>

GABARITO (COM EXPLICAÇÕES)

Veja como nossas questões são comentadas:

Questão 1

GABARITO: ALTERNATIVA E.

(E). indicar o aposto recapitulativo.

(60% das pessoas marcaram essa alternativa)

*"E vale lembrar que tivemos uma grande epidemia de dengue no país em 2019, então já era esperado um novo aumento a partir de 2022, já que as ondas da doença são cíclicas", diz a médica Melissa Falcão, da Sociedade Brasileira de Infectologia. Por fim, Codeço destaca que 'temos uma população empobrecida, com dificuldades de moradia, e vemos a precarização das cidades'. **'Tudo isso** dificulta o controle de vetores que transmitem a doença', explica a especialista, que coordena o InfoDengue, uma iniciativa da FioCruz e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o monitoramento das*



Baixe o App Estratégia pelo QR Code.



*doenças relacionadas ao Aedes.” = informação que se inicia com a expressão “tudo isso” serve para resumir a informação mencionada anteriormente, ou seja, trata-se de um aposto **recapitulativo/resumidor**.*

CONFIRA TAMBÉM!!

QUESTÕES INÉDITAS:

Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021):

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/questoes-ineditas-nova-lei-licitacoes/>

Lei de Improbidade Administrativa (atualizada):

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/questoes-ineditas-nova-lei-de-improbidade/>

Por hoje é só pessoal.

Conte sempre com o Estratégia na sua caminhada rumo à aprovação!

Bons estudos e sucesso!

Equipe Estratégia Concursos



Baixe o App Estratégia pelo QR Code.